

ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO PARA COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS¹

Bruno Siqueira Fernandes²
Gabrielle Lima Silva³
Gabriel Henrique Almeida⁴
Lucas Fernandes Barbosa⁵
Sibelle Cornélio Diniz⁶
Thiago Neves Silva⁷

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto contemporâneo de reestruturação produtiva, com transformação das relações de trabalho e forte tendência de precarização, a organização em cooperativas se estabelece como possibilidade de construção de relações de trabalho e de produção mais horizontais e solidárias (Lima, 2004; Namorado, 2007; 2009). Como grande vantagem da organização cooperativa, tem-se o controle da organização pelos trabalhadores, que são responsáveis pela definição das estratégias de ação e pelo saber técnico envolvido nos processos (Singer, 2002; Gaiger, 2013; Silva, 2020). Nesse sentido, as cooperativas são instituições com potencial de reduzir as desigualdades sociais e promover o bem-estar intergeracional, com inclusão de gênero e sustentabilidade ambiental (Schneider, 2015).

Entre os diversos temas de interesse na discussão sobre o cooperativismo, aqueles referentes ao gênero e às juventudes têm ganhado importância nas últimas décadas. No caso da agricultura familiar e da economia solidária, a autopercepção das mulheres sobre suas posições sociais, a inclusão das mulheres em cargos de liderança, o reconhecimento dos diferentes trabalhos femininos e a melhora na qualidade das relações familiares, entre outros temas, são discutidos na literatura empírica recente (Magalhães, 2009; Simon e Boeira, 2017; Anjos, Silva e Pereira, 2018). Já a discussão sobre a juventude passa por conflitos intergeracionais, demandas por apropriação de tecnologias na produção e formação técnica e universitária, entre outras questões (Mendonça *et al.*, 2013; Kischener, Kiyota e Perondi, 2015; Boessio e Doula, 2016).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt75/esp2>

2. Assistente de pesquisa no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG). *E-mail*: <brunosiqfer@gmail.com>.

3. Assistente de pesquisa no Cedeplar/Face/UFMG. *E-mail*: <gabrielle.lmsv@gmail.com>.

4. Assistente de pesquisa no Cedeplar/Face/UFMG. *E-mail*: <gabrielhca1@hotmail.com>.

5. Assessor de desenvolvimento organizacional da Trias Brasil. *E-mail*: <lucasfernandes.barbosa@outlook.com>.

6. Professora no Cedeplar/Face/UFMG. *E-mail*: <sibelled@cedeplar.ufmg.br>.

7. Mestre em geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). *E-mail*: <thiagoturismo@gmail.com>.

Este estudo apresenta a elaboração e os resultados do Índice de Desenvolvimento Inclusivo para Cooperativas Solidárias (Idics), com o objetivo de mensurar a capacidade de inclusão de mulheres e jovens nas trinta cooperativas de agricultura familiar filiadas à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Minas Gerais (Unicafes/MG). O processo de elaboração desse índice se deu a partir de um projeto de extensão realizado pelo Colmeia – grupo de estudos, pesquisa e extensão em economia popular e solidária da Face/UFMG, em colaboração com a Unicafes/MG e a Trias Brasil.⁸

O texto é dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira traz uma revisão de literatura sobre juventude e gênero na economia solidária e na agricultura familiar. A segunda seção traz a metodologia adotada para a elaboração do Idics, que passou pela realização de grupos focais com integrantes das cooperativas e dirigentes da Unicafes/MG e por definições metodológicas. A terceira seção traz a proposta do índice, enquanto a seção seguinte apresenta os resultados. A seção final traz uma discussão sobre a adequação do Idics aos objetivos da pesquisa e seus limites.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Mesmo que a maior parte da população mundial seja composta por mulheres e que a maior parte da força de trabalho ativa no país hoje seja feminina, ainda podemos observar a influência da discriminação de gênero nos processos e nas atividades de trabalho (Simon e Boeira, 2017). As mulheres não apenas ocupam menos cargos de liderança em relação aos homens, como também recebem salários menores para a realização das mesmas funções. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, mesmo com níveis de escolaridade em média superiores aos dos homens, não se traduziu em uma remuneração justa e na plena garantia dos direitos trabalhistas. Além disso, a predominância de uma visão de que as atividades femininas são restritas ao ambiente doméstico faz com que, mesmo diante de um cenário de ocupação dos espaços públicos e exteriores ao lar, as mulheres ainda permaneçam como supostamente responsáveis pelas atividades domésticas, o que implica uma dupla jornada de exploração do trabalho e um período de trabalho quase ininterrupto.

A organização em cooperativas, baseadas nos princípios de solidariedade, equidade e emancipação social, representa a possibilidade de criar ambientes de trabalho e de coletivização da produção que reconheçam as demandas femininas. Nas cooperativas de economia solidária, em diversos casos, as mulheres encontram a possibilidade de conciliar família e trabalho, de encontrar maior acesso a crédito, alternativas de geração de renda e de participação em processos de capacitação profissional e técnica (Simon e Boeira, 2017). Para além da geração de renda monetária e da segurança alimentar da família, as atividades permitem o desenvolvimento de um sentido político de identidade e fortalecem a luta das mulheres por reconhecimento.

8. A Trias é uma organização não governamental, com sede em Bruxelas, que desenvolve ações de desenvolvimento local, agricultura familiar e cooperativismo solidário.

No entanto, a transição para um cenário mais inclusivo, em termos de gênero, no interior dessas cooperativas e associações é mais longa do que os princípios parecem supor. Como mostram Anjos, Silva e Pereira (2018), a partir de dados do Segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (2010-2013), realizado pela hoje extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), é possível visualizar uma série de gargalos que persistem nesses empreendimentos, que se ligam às típicas opressões de gênero sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho. Apesar de as cooperativas serem a principal fonte de renda para as mulheres e suas famílias, poucas apresentam infraestrutura voltada para especificidades dos problemas enfrentados pelas sócias. Como mostrou o mapeamento, apenas 4% dos empreendimentos apresentam condições de acolher os filhos das sócias durante o período de trabalho, o que deixa quase 20% das associadas dependentes de redes informais de acolhimento (vizinhos, amigos e parentes) e quase 18% dependentes das escolas e das creches. Além disso, apenas 7% dos maridos e companheiros atuam em atividades domésticas e de cuidado (Simon e Boeira, 2017; Silva, 2020).

Entre as cooperativas de produção e comercialização, por exemplo, ainda predomina a remuneração ou retirada vinculada à produtividade (59,1%). Essa forma de remuneração, além de produzir um ambiente de trabalho mais suscetível à emergência de hierarquias internas ao empreendimento, pode se tornar um fator agravante no que diz respeito às mulheres. A ocorrência frequente de jornada dupla, associada aos trabalhos de cuidado (com filhos, idosos e enfermos), distorce a mensuração da produtividade feminina e potencialmente as penaliza por não poderem se dedicar integralmente. Apesar de apenas 21,1% dessas cooperativas operarem com a retirada igualitária, a própria existência de um outro mecanismo para as retiradas, que não o baseado na produtividade, aponta para uma possível mudança positiva em termos de inclusão e emancipação socioeconômica feminina (Anjos, Silva e Pereira, 2018).

Outro exemplo importante diz respeito à garantia dos direitos trabalhistas – equipamentos de segurança, licença-maternidade, qualificação profissional, descanso remunerado e seguridade social (Silva e Kappes, 2016). No grupo das cooperativas de produção e comercialização, só 17,4% asseguram a qualificação profissional e 11,8% dispõem de licença-maternidade. Nas cooperativas de serviços, o cenário não é diferente: apenas 50% garantem a seguridade social, e somente 19,4% apresentam possibilidade de descanso remunerado e licença-maternidade (Silva e Kappes, 2016).

Mesmo diante desses gargalos, os espaços constituídos a partir dessas experiências e atividades produtivas cumprem um papel crucial para a criação das subjetividades e identidades das sócias. Para muitas mulheres, a possibilidade de “passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal amplia seu poder de decisão sobre o uso, fazendo opções diferentes daquelas que o marido adota quando tem o controle sobre os recursos da família” (Magalhães, 2009, p. 281). Além disso, a perspectiva de trabalho baseada nas noções de cooperação, de autogestão e de solidariedade possibilita uma participação efetiva das mulheres nos processos decisórios e nos espaços públicos (Simon e Boeira, 2017).

No que diz respeito à problemática da inclusão da juventude, vemos que os jovens constituem um grupo social extremamente heterogêneo. Os vários indivíduos que compõem esse grupo são expostos a diferentes experiências e valores, o que resulta em uma diversidade de racionalidades, aspirações e desejos (Corseuil e Botelho, 2014; Corseuil e Franca, 2020; Silva e Vaz, 2022; Ciríaco *et al.*, 2022). Apesar de guardarem vivências comuns, a realização de recortes é essencial para que se compreenda as várias juventudes (Arce e Mateo, 2018). Para o recorte aqui abordado, o das juventudes no cooperativismo, não se tem uma literatura consolidada, quando comparado a temas como o da juventude rural.

A dinâmica socioeconômica do campo, dizem Pereira e Marcoccia (2019), é marcada por uma dupla subalternização de jovens e mulheres. Essa condição se inicia no ambiente familiar, com a repressão patriarcal e a centralidade do modelo de gestão na figura do pai, geralmente reticente a aceitar inovações, propostas pelos filhos, nos processos gerenciais (Castro, 2009; Boessio e Doula, 2016). Soma-se o fato de a figura paterna ser geralmente a responsável pela administração dos recursos financeiros da unidade familiar de produção. A condição de submissão representada pelo controle dos parentes sobre a propriedade agrava-se com a dinâmica de sucessão, fenômeno que historicamente tem moldado diversos aspectos da vida rural.

As estratégias de sucessão tendem a priorizar a continuidade de homens jovens, o que resulta no êxodo das mulheres jovens para cidades médias e grandes ou na migração para outras comunidades e constituição de novas famílias em outras comunidades rurais. Aliado a isso, a extrema carência de recursos materiais e de serviços públicos contribui para um processo de migração que visa ao espaço urbano e contribui para a quebra dos laços comunitários, familiares e culturais ligados ao território deixado (Valadares *et al.*, 2017). A migração acaba por engendrar um processo de envelhecimento e de masculinização do campo, além de contribuir para a queda no dinamismo do tecido social rural.

Outras demandas que recorrentemente aparecem na literatura sobre juventude e cooperativa dizem respeito a educação e incorporação de inovações tecnológicas nos processos produtivos (Barrios *et al.*, 2019). A garantia do acesso a educação e capacitação técnica se mostrou um dos meios mais eficazes de manutenção do interesse dos jovens, o que aponta para o caráter essencial das parcerias estabelecidas pelas cooperativas com instituições de ensino e de apoio à educação (Boessio e Doula, 2016).

A participação de jovens, além de se dar no âmbito da produção e comercialização, também deve ocorrer nos espaços deliberativos da cooperativa, o que é particularmente importante para a inserção desse grupo no repertório simbólico da instituição. São nesses âmbitos que se consolidam os valores particulares da cooperativa e os princípios do cooperativismo. A decorrência de situações em que o direito à participação é concentrado nas mãos de alguns poucos atores pode incorrer em uma assimetria de poder que afeta negativamente não só as relações no âmbito da cooperativa, de modo a enfraquecer seus pressupostos democráticos, como também as relações da cooperativa com os mercados, a depender de sua natureza (Montoya e Valencia, 2018).

Ainda de acordo com Montoya e Valencia (2018), é preciso realizar um processo de gestão das heterogeneidades, sem que se construam hierarquias rígidas que possam simular a organização de mercados ou empresas capitalistas. Sendo assim, a importância de uma proximidade extraeconômica entre esses atores se torna um ponto central, o que permite que se construam pontes entre a vida pessoal dos jovens e o cotidiano da cooperativa. Isso reforça a necessidade de parcerias com iniciativas públicas e políticas preocupadas com a juventude, como é o caso da Declaração de Aptidão ao Produtor (DAP) para jovens agricultores familiares (DAP Jovem) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em face das condições estruturais adversas enfrentadas por esses grupos no mercado de trabalho formal, o cooperativismo surge como alternativa viável ao propor uma forma de organização capaz de prover melhores condições materiais, sociais e econômicas para as famílias agricultoras, ao mesmo tempo que permite um fortalecimento do tecido social, das relações interpessoais e dos processos de construção de identidade e dos laços comunitários.

3 METODOLOGIA

3.1 Grupos focais

Após a revisão de literatura, foram realizados grupos focais com participantes das cooperativas e dirigentes da Unicafe/MG. Entre 15 de outubro e 4 de novembro de 2020, foram realizados três grupos focais: i) com mulheres cooperadas e dirigentes de cooperativas; ii) com jovens cooperados e dirigentes de cooperativas; e iii) com dirigentes da Unicafe/MG. Os grupos tiveram como objetivo identificar as principais dimensões da inclusão de mulheres e jovens nas cooperativas filiadas, na perspectiva dos participantes.

Para cada grupo focal, foram selecionados de seis a oito participantes. A seleção buscou atender à diversidade das regiões do estado, de gênero e de faixa etária. Os grupos focais foram realizados em outubro e novembro de 2020, por meio da plataforma Google Meet. A elaboração dos roteiros, a seleção dos participantes e a condução dos grupos focais ocorreram em parceria com a Unicafe/MG e a Trias, e em consonância com as diretrizes da bibliografia especializada em métodos qualitativos (Bardin, 1977; Flick, 2009; Almeida, 2016). Os dados obtidos a partir do grupo focal foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, a fim de capturar padrões e categorias de respostas, de modo a subsidiar a construção do Idics.

3.2 Elaboração do Idics

A revisão de literatura e a realização dos grupos focais permitiram identificar as principais dimensões da inclusão de mulheres e jovens nas cooperativas em questão. Essas dimensões foram então associadas a variáveis de caráter qualitativo e quantitativo. Foi proposto, em seguida, um critério de agregação simples das variáveis em um índice.

A proposta de construção do Idics teve como base metodológica a literatura específica de elaboração de indicadores sociais (Carley, 1985; Kayano e Caldas, 2002; Jannuzzi, 2014; 2017) e buscou atender às seguintes propriedades: i) *relevância*: o Idics deve contribuir para que a Unicafes/MG e suas cooperativas filiadas orientem, monitorem e avaliem suas ações de inclusão de jovens e mulheres; ii) *validade*: proximidade do conceito abstrato ou da demanda política que lhe deu origem (inclusão de jovens e mulheres); iii) *confiabilidade*: qualidade da coleta, sistematização e padronização dos dados; iv) *boa cobertura territorial e populacional*: captação de informações sobre a realidade do máximo de pessoas possível; v) *sensibilidade e especificidade*: capacidade de apresentar variação relevante diante de mudanças na realidade estudada; e vi) *transparência metodológica e comunicabilidade*: as pessoas que não participaram da elaboração do índice devem compreender seus métodos e objetivos.

Ainda com base em Kayano e Caldas (2002) e Jannuzzi (2014), optou-se por um índice que fosse: i) *objetivo*: que se referisse a ocorrências concretas ou a entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas; ii) *misto*: uma composição de indicadores de insumo, indicadores de processo, indicadores de resultado e indicadores de impacto; iii) *analítico composto*: contempla mais de uma medida sobre a realidade estudada e agrega, em um único número, vários indicadores simples, de modo a estabelecer algum tipo de média entre eles.

Para a construção do Idics, propomos dois subíndices:

- 1) Índice de Inclusão de Mulheres (IIM); e
- 2) Índice de Inclusão de Jovens (IJ).

Cada um dos subíndices é composto por dimensões, as quais, por sua vez, são formadas por variáveis. Os valores obtidos para essas variáveis são agregados por meio de uma média simples (soma dos valores dividida pelo número de variáveis). Em seguida, os valores referentes às dimensões são agregados por uma média ponderada que considera os pesos dados para as dimensões (somatório das multiplicações entre valores e pesos dividido pelo somatório dos pesos).

O valor de cada subíndice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, menor o grau de inclusão da cooperativa com relação às mulheres e aos jovens. Quanto mais próximo de 1, maior o grau de inclusão. O Idics corresponde à média simples entre os subíndices e também irá variar entre 0 e 1, segundo o grau de inclusão da cooperativa com relação às mulheres e aos jovens:

$$\text{Idics} = (\text{IIM} + \text{IJ}) / 2.$$

O apêndice A descreve o IIM e o IJ, ambos compostos por três dimensões e dezoito variáveis. As dimensões, suas respectivas variáveis e o critério de agregação foram apresentados ao Conselho Diretor da Unicafes/MG e à equipe da Trias, que os validaram.

A primeira dimensão diz respeito à *Participação e organização de mulheres/da juventude na cooperativa*. Essa dimensão é considerada a mais relevante, por estar relacionada a variáveis de resultado relacionadas à inclusão nas cooperativas. Por esse motivo, foi atribuída a essa dimensão um peso igual a 2. A segunda dimensão refere-se à *Autonomia das mulheres/da juventude cooperada(s)*. Tal dimensão, embora fundamental, engloba variáveis individuais das mulheres e

dos jovens cooperados, não necessariamente sob o controle da cooperativa. Por isso, foi atribuída a essa dimensão um peso igual a 1. Já a terceira dimensão denomina-se *Incentivos pela cooperativa, formação e parcerias para mulheres/para a juventude*, a qual se relaciona a ações no nível da cooperativa no sentido da formação e da inclusão. Foi atribuída a essa dimensão um peso igual a 1,5.

4 RESULTADOS

4.1 Idics – versão completa

Do total de cooperativas que responderam ao questionário (22), doze responderam a todas as questões propostas. As demais não possuíam informações organizadas sobre pelo menos uma das variáveis, o que aponta para a necessidade de maior planejamento das cooperativas para a efetiva adesão ao índice, como será tratado adiante. Desse modo, serão apresentados, inicialmente, os resultados referentes às dimensões, aos subíndices e ao Idics para essas doze cooperativas (tabela 1).

Como se pode observar na tabela 1, a dimensão que apresentou maior valor médio foi *Autonomia das mulheres cooperadas*. Essa dimensão também apresentou os maiores valores de mínimo e máximo (foi a única para a qual se observou valor 1 para alguma das cooperativas). Em seguida, destaca-se a dimensão *Autonomia da juventude cooperada*, com a segunda maior média e o segundo maior valor máximo. Como mencionado na seção anterior, essas dimensões são compostas por variáveis individuais das mulheres e dos jovens cooperados, sobre as quais as cooperativas possuem baixo controle.

TABELA 1
Estatísticas descritivas das dimensões, subíndices e Idics para doze das cooperativas consultadas

Dimensão	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Observações
Participação e organização de mulheres na cooperativa	0,371	0,175	0,196	0,753	12
Autonomia das mulheres cooperadas	0,627	0,221	0,280	1,000	12
Incentivos pela cooperativa, formação e parcerias para mulheres	0,135	0,229	0,000	0,625	12
Participação e organização da juventude na cooperativa	0,273	0,119	0,050	0,454	12
Autonomia da juventude cooperada	0,491	0,331	0,000	0,917	12
Incentivos pela cooperativa, formação e parcerias para juventude	0,177	0,241	0,000	0,875	12
IIM	0,349	0,126	0,176	0,595	12
IJJ	0,289	0,115	0,022	0,417	12
Idics	0,319	0,096	0,134	0,423	12

Fonte: Dados coletados com as cooperativas.
Elaboração dos autores.

Os valores mais baixos estão relacionados às ações efetivas das cooperativas para a inclusão (dimensões *Incentivos, formação e parcerias*), tanto para jovens quanto para mulheres. Esse resultado indica a necessidade de maior investimento dessas instituições em atividades que envolvam parcerias, intercâmbios e formações, além de adaptação do planejamento e adequação do espaço da cooperativa e da equipe de funcionários.

As dimensões relacionadas a participação e organização de mulheres e jovens apresentaram valores médios intermediários. Note-se, nesse caso, os menores valores de desvio-padrão, o que indica que as realidades das cooperativas são mais parecidas no que se refere a essa dimensão.

Quanto aos subíndices, observa-se que os valores mais elevados se referem à inclusão de mulheres (IIM), enquanto o IJ apresenta menores valores mínimo e máximo bem como menores média e desvio-padrão. Esse resultado se relaciona às melhores condições das mulheres cooperadas, em média, especialmente quanto a participação, organização e autonomia. Deve-se notar, no entanto, que os resultados para mulheres e para jovens não apresentam diferenças muito marcantes, o que sugere a necessidade de maior investimento das cooperativas em ações para ambos os grupos.

Os valores do Idics apresentaram média de 0,319, o que indica grau de inclusão intermediário, ao se considerar tanto jovens quanto mulheres. Chama atenção o baixo valor do desvio-padrão, o que sugere que, ao serem consideradas todas as dimensões dos dois subíndices, as realidades das cooperativas são bastante semelhantes. Isso também fica evidente ao observarmos os valores mínimo e máximo do índice (0,134 e 0,423, respectivamente).

A tabela 2 apresenta os resultados médios e os desvios-padrão para os subíndices e para o Idics bem como as características das cooperativas quando essas são divididas segundo níveis de inclusão de jovens e mulheres. Os níveis foram definidos da seguinte forma: nível 1 – Baixa inclusão (Idics varia de 0 a 0,3); nível 2 – Média inclusão (Idics varia de 0,301 a 0,6); e nível 3 – Alta inclusão (Idics varia de 0,601 a 1). Note-se que todas as doze cooperativas se enquadram nos níveis 1 ou 2. Entre as que apresentaram nível médio de inclusão, concentram-se aquelas localizadas na zona da mata e as de criação mais recente (após 2011).

TABELA 2

Valores médios dos índices e características de doze das cooperativas consultadas, segundo níveis de inclusão de jovens e mulheres – versão completa do Idics

Índices/característica das cooperativas	Nível 1 (baixa inclusão)	Nível 2 (média inclusão)	Nível 3 (alta inclusão)	Total
Observações	5	7	0	12
IIM (média)	0,241	0,426	-	0,349
IIM (desvio-padrão)	0,077	0,092	-	0,126
IJJ (média)	0,177	0,365	-	0,287
IJJ (desvio-padrão)	0,099	0,093	-	0,133
Idics (média)	0,209	0,396	-	0,318
Idics (desvio-padrão)	0,052	0,062	-	0,111
Volume comercializado em 2020 (t) – observações				
Até 1	0	0	-	0
De 2 a 5	0	2	-	2
De 6 a 10	0	3	-	3
Acima de 10	4	2	-	6
Região – observações				
Jequitinhonha	1	0	-	1
Metropolitana	1	0	-	1
Noroeste de Minas	1	1	-	2
Norte de Minas	1	0	-	1
Sul/sudoeste de Minas	0	0	-	0
Triângulo Mineiro	0	1	-	1
Vale do Mucuri	0	0	-	0
Zona da mata	1	5	-	6
Ano de fundação – observações				
Até 2005	2	0	-	2
De 2006 a 2010	1	2	-	3
Após 2011	2	5	-	7
Número de cooperados – observações				
Até 50	3	4	-	7
De 51 a 150	2	3	-	5
151 ou mais	0	0	-	0

Fonte: Dados coletados com as cooperativas.
Elaboração dos autores.

4.2 Idics – versão reduzida

Tendo em vista as dificuldades de boa parte das cooperativas de reportar todas as informações necessárias para o cálculo dos indicadores, propomos uma segunda versão do Idics, que denominaremos “versão reduzida”. Essa versão é composta pelas variáveis respondidas por todas as 22 cooperativas, que correspondem aos itens M1, M3, M4, M6 e M11 a M18, bem como J1, J3, J4, J6 e J11 a J18 dos quadros apresentados no apêndice A. Note-se que, na versão reduzida, cada subíndice é formado por duas dimensões, que totalizam doze variáveis em cada subíndice. Para simplificar, foi atribuído peso 1 a cada uma das dimensões. Apresentamos a seguir os resultados referentes às dimensões, aos subíndices e ao Idics, em sua versão reduzida, para as 22 cooperativas (tabela 3).

De acordo com a tabela 3, a dimensão que apresentou maior valor médio (bastante superior às médias das demais dimensões) foi *Participação e organização de mulheres na cooperativa*. Essa dimensão também apresentou os maiores valores mínimo e máximo. Em seguida, destacam-se as dimensões atreladas ao IJ. A dimensão *Incentivos pela cooperativa, formação e parcerias para mulheres* foi a que apresentou menor média, o que remete à necessidade de maior investimento das instituições em discussões internas, intercâmbios e parcerias e intercâmbios, por exemplo.

TABELA 3
Estatísticas descritivas das dimensões, dos subíndices e do Idics (versão reduzida) para as 22 cooperativas

Dimensão	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Observações
Participação e organização de mulheres na cooperativa	0,415	0,191	0,143	0,880	22
Incentivos pela cooperativa, formação e parcerias para mulheres	0,153	0,244	0,000	0,875	22
Participação e organização da juventude na cooperativa	0,210	0,166	0,000	0,576	22
Incentivos pela cooperativa, formação e parcerias para juventude	0,233	0,262	0,000	0,875	22
IIM	0,284	0,183	0,071	0,740	22
IJ	0,222	0,192	0,000	0,663	22
Idics	0,253	0,173	0,049	0,702	22

Fonte: Dados coletados com as cooperativas.
Elaboração dos autores.

Quanto aos subíndices, observa-se que os valores mais elevados se referem à inclusão de mulheres (IIM), enquanto o IJ apresenta menores valores mínimo e máximo. Esse resultado se relaciona às melhores condições das mulheres cooperadas, reportado na primeira dimensão do IIM. Deve-se notar, no entanto, que os valores médios dos subíndices para mulheres e para jovens, além de baixos, são bastante próximos, o que sugere a necessidade de maior

investimento das cooperativas em ações para ambos os grupos. Observa-se, ainda, a proximidade dos desvios-padrão e dos valores mínimo e máximo para os dois subíndices, o que sugere realidades parecidas quanto à inclusão de jovens e de mulheres. Esses valores também são próximos daqueles encontrados para o Idics, que apresentou média de 0,253, o que indica grau de inclusão médio baixo para intermediário.

A tabela 4 apresenta os resultados médios e os desvios-padrão para os subíndices e para o Idics, bem como as características das cooperativas quando essas são divididas segundo níveis de inclusão de jovens e mulheres. Os níveis foram definidos como mencionado na seção anterior: nível 1 – Baixa inclusão (Idics varia de 0 a 0,3); nível 2 – Média inclusão (Idics varia de 0,301 a 0,6); e nível 3 – Alta inclusão (Idics varia de 0,601 a 1). É notável que apenas 2 das 22 cooperativas se enquadram no nível 3. Essas se localizam no sul/sudoeste de Minas e zona da mata, foram fundadas antes de 2011 e possuem mais de cinquenta cooperados. Já as cooperativas classificadas nos níveis 1 e 2 apresentam perfis bastante heterogêneos. Entre as que apresentaram nível baixo de inclusão, concentram-se aquelas com maior volume comercializado em 2020, as de fundação posterior a 2005 e com menor número de cooperados.

TABELA 4

Valores médios dos índices e características das 22 cooperativas consultadas, segundo níveis de inclusão de jovens e mulheres – versão reduzida do Idics

Índices/característica das cooperativas	Nível 1 (baixa inclusão)	Nível 2 (média inclusão)	Nível 3 (alta inclusão)	Total
Observações	16	4	2	22
IIM (média)	0,199	0,442	0,649	0,284
IIM (desvio-padrão)	0,093	0,157	0,129	0,183
IJJ (média)	0,132	0,360	0,662	0,222
IJJ (desvio-padrão)	0,093	0,128	0,001	0,192
Idics (média)	0,165	0,401	0,656	0,253
Idics (desvio-padrão)	0,077	0,036	0,065	0,173
Volume comercializado em 2020 (t) – observações				
Até 1	0	1	0	1
De 2 a 5	0	1	1	2
De 6 a 10	5	0	0	5
Acima de 10	8	2	1	11
Região – observações				
Jequitinhonha	1	0	0	1
Metropolitana	1	0	0	1
Noroeste de Minas	3	0	0	3
Norte de Minas	2	3	0	5

(Continua)

(Continuação)

Índices/característica das cooperativas	Nível 1 (baixa inclusão)	Nível 2 (média inclusão)	Nível 3 (alta inclusão)	Total
Sul/sudoeste de Minas	0	0	1	1
Triângulo Mineiro	1	0	0	1
Vale do Mucuri	1	0	0	1
Zona da mata	7	1	1	9
Ano de fundação – observações				
Até 2005	2	2	1	5
De 2006 a 2010	6	0	1	7
Após 2011	8	2	0	10
Número de cooperados – observações				
Até 50	8	1	0	9
De 51 a 150	7	1	1	9
151 ou mais	1	2	1	4

Fonte: Dados coletados com as cooperativas.
Elaboração dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar o processo de elaboração do Idics, com o objetivo de mensurar as práticas de inclusão de mulheres e jovens nas trinta cooperativas de agricultura familiar filiadas à Unicafe/MG. O processo de construção do índice passou por análise documental, revisão de literatura e realização de grupos focais com integrantes das cooperativas e dirigentes. Essas etapas permitiram identificar três dimensões da inclusão de mulheres e jovens nas cooperativas em questão: i) participação e organização; ii) autonomia; e iii) incentivos pela cooperativa, formação e parcerias. Tais dimensões foram então associadas a variáveis numéricas. Foi proposto, em seguida, um critério de agregação simples das variáveis em dois subíndices, no intuito de verificar a inclusão de mulheres (IIM) e de jovens (IIJ). O Idics corresponde à média simples desses dois indicadores.

Mais do que apenas um número ou um indicador, o índice pode ser visto como uma construção coletiva, o qual expressa, em cada dimensão e em cada variável, uma demanda ativa por parte dos representantes e dos cooperados sobre temas relacionados à inclusão. A ferramenta Idics representa a possibilidade de um acompanhamento periódico, por parte das cooperativas e da Unicafe/MG, de seu progresso no que tange à inclusão de jovens e mulheres. Para isso, é necessário que os dados sejam atualizados periodicamente pelas cooperativas, visto que a construção de uma série histórica para o índice, com periodicidade definida, poderá contribuir para um melhor monitoramento do desenvolvimento inclusivo das cooperativas. Para tanto, as cooperativas deverão contar com um plano de coleta dos dados, por exemplo,

mediante um cronograma próprio, que atenda às especificidades da instituição e que inclua a coleta dos dados como pauta das assembleias e reuniões.

Algumas ferramentas podem contribuir para a adesão efetiva ao Idics pelas cooperativas e pela Unicafes/MG, bem como para a introdução e consolidação das discussões e dos debates levantados ao longo da elaboração do índice no cotidiano dos processos de gestão das cooperativas. Destacamos, entre essas ferramentas, um possível material de divulgação do Idics, destinado à sua divulgação nas cooperativas e entre os cooperados, para buscar dar maior visibilidade para o índice proposto.

Outra ferramenta possível é uma planilha de cálculo, que poderá ser utilizada pelas cooperativas para seu próprio diagnóstico e planejamento de ações. Para que a alimentação da planilha seja incorporada às ações da cooperativa, é importante que seja definido(a) um(a) responsável pela coleta e organização das informações que compõem as dimensões do índice. O(a) responsável escolhido(a) deverá, de preferência, constar no quadro de dirigentes da cooperativa e ter conhecimento sobre o tema da inclusão de jovens e mulheres, além de possuir amplo acesso ao conjunto de informações requisitadas.

Como possíveis desdobramentos de ação pós-pandemia de covid-19, sugerimos a realização de intercâmbios de experiências entre as cooperativas, com foco naquelas que se destacam pelas atividades de inclusão. Além disso, a realização de cursos, palestras e formações sobre esses temas é de extrema importância para a continuidade dos debates em torno da inclusão e para a conscientização de cooperados e dirigentes sobre a importância da coleta dos dados e de sua incorporação às atividades de planejamento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Roteiro para o emprego de grupos focais. *In*: SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO; CEBRAP – CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (Ed.). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc; Cebrap, 2016. p. 42-59.
- ANJOS, E. G. dos; SILVA, F. de L.; PEREIRA, E. M. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a intersecção com as questões de gênero e raça. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, 94-117, 2018.
- ARCE, A. de; MATEO, G. Juventudes, arraigo y pervivencia del cooperativismo agrario Agricultores Federados Argentinos, 1998-2016. **Pilquen – Seccion Ciencias Sociales**, v. 21, n. 5, p. 49-62, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRIOS, C. L. *et al.* Campesinos a contracorrente: estrategias organizativas, productivas y comerciales de la cooperativa indígena campesina Maya Vinic. **Región y Sociedad**, v. 31, n. 1, p. 1-20, 2019.

- BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, v. 17, n. 3, p. 370-383, 2016.
- CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.
- CIRÍACO, J. S. *et al.* Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil urbano. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 38-48, 2022.
- CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 70, p. 93-104, 2020.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013.
- JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014.
- KAYANO, J.; CALDAS, E. de L. **Indicadores para o diálogo**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. (Série Indicadores, n. 8).
- KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, p. 132-159, 2015.
- LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.
- MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 1, p. 275-299, 2009.
- MENDONÇA, K. F. C. *et al.* Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013.
- MONTOYA, P. A. T.; VALENCIA, N. M. Acción colectiva y asociación de heterogeneidades en mercados agroecológicos campesinos: Asoproorgánicos (Cali, Colombia). **Revista Colombiana de Sociología**, v. 41, n. 2, p. 83-101, 2018.
- NAMORADO, R. Cooperativismo – história e horizontes. *In*: GEDIEL, J. A. P. (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: UFPR, 2007. p. 9-35.
- _____. Cooperativismo. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 96-102.

PEREIRA, M. de F. R.; MARCOCCIA, P. C. de P. Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1-21, 2019.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015.

SILVA, S. P. Dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. In: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. p. 45-82.

SILVA, D. N.; KAPPES, S. A. Economia solidária, informalidade e direitos trabalhistas. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 61, p. 89-96, 2016.

SILVA, E. R. A. da; VAZ, F. M. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. p. 335-354.

SIMON, V. P.; BOEIRA, S. L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 532-542, 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALADARES, A. A. *et al.* **A juventude rural no III Festival da Juventude da Contag**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.

APÊNDICE A

A.1 DESCRIÇÃO DOS SUBÍNDICES COMPONENTES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO PARA COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS – VERSÃO COMPLETA

QUADRO A.1

Descrição do Índice de Inclusão de Mulheres – dimensões e variáveis

A.1A – Dimensão: participação e organização de mulheres na cooperativa (peso = 2)

Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
M1. Participação feminina na cooperativa (cooperadas)	Número de mulheres cooperadas/número total de cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
M2. Participação feminina na cooperativa (funcionárias)	Número de mulheres funcionárias na cooperativa/número total de funcionários na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
M3. Participação de mulheres em cargos de direção	Número de mulheres em cargos de direção na cooperativa/número total de pessoas em cargos de direção na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
M4. Participação de mulheres na comercialização	Número de mulheres cooperadas que comercializaram nos últimos dois anos/número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M5. Participação feminina nas assembleias	Número de mulheres que compareceram à última assembleia da cooperativa/número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M6. Existência de grupo ou coletivo de mulheres	Existência de grupo ou coletivo de trabalho formado por mulheres na cooperativa	Binária (Sim = 1; Não = 0)

A.1B – Dimensão: autonomia das mulheres cooperadas (peso = 1)

Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
M7. Escolaridade	Número de mulheres cooperadas com ensino médio completo, ensino superior completo ou ensino técnico/número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M8. Renda	Participação comercial (rendimento) média das mulheres cooperadas/participação comercial (rendimento) média total	Proporção (varia entre 0 e 1) ¹
M9. Autonomia relacionada à mobilidade	Número de mulheres cooperadas que possuem carteira nacional de habilitação/número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M10. Autonomia relacionada a crédito e participação em programas de assistência técnica/ produtiva	Número de mulheres cooperadas cujos nomes constam na Declaração de Aptidão ao Produtor (DAP)/número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)

A.1C – Dimensão: incentivos pela cooperativa, formação e parcerias (peso = 1,5)

Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
M11. Existência de "quota" para mulheres (percentual ou número mínimo de mulheres cooperadas)	Existência de percentual ou número mínimo de participação de mulheres cooperadas	Binária (Sim = 1; Não = 0)
M12. Existência de espaço ou de atividades para crianças na cooperativa	A cooperativa conta com um espaço para crianças, destinado aos filhos ou a outras crianças sob cuidado das cooperadas, durante os encontros e eventos realizados pela cooperativa? Ou conta com alguma pessoa responsável pelo cuidado com essas crianças durante os eventos?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
M13. Existência de resolução ou plano relacionado à igualdade de gênero	Existência, no estatuto ou plano da cooperativa, de resolução voltada a promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo	Binária (Sim = 1; Não = 0)
M14. Formação interna sobre o tema gênero	Nos últimos dois anos, houve alguma formação (curso, palestra) sobre o tema de gênero organizada pela própria cooperativa?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
M15. Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas às mulheres	Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas às mulheres	Binária (Sim = 1; Não = 0)
M16. Parceria com instituições	Além da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Minas Gerais (Unicafes/MG), a cooperativa possui parceria com alguma instituição para o desenvolvimento de ações específicas para as mulheres?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
M17. Intercâmbio com outras cooperativas e instituições	A cooperativa já promoveu algum intercâmbio com outras cooperativas ou outras instituições de sucesso na inclusão de mulheres (à exceção da Unicafes/MG)?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
M18. Existência de projeto de geração de renda voltado a mulheres	A cooperativa possui algum projeto de geração de trabalho e renda especificamente para as mulheres?	Binária (Sim = 1; Não = 0)

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Para essa variável, há a possibilidade de valores maiores que 1. Nesses casos, o valor máximo da variável será definido em 1 para fins de simplificação.

QUADRO A.2

Descrição do Índice de Inclusão de Jovens – dimensões e variáveis

A.2A – Dimensão: participação e organização de jovens na cooperativa (peso = 2)

Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
J1. Participação de jovens na cooperativa (cooperados)	Número de jovens cooperados/número total de cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J2. Participação de jovens na cooperativa (funcionárias)	Número de jovens funcionários na cooperativa/número total de funcionários na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
J3. Participação de jovens em cargos de direção	Número de jovens em cargos de direção na cooperativa/número total de pessoas em cargos de direção na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
J4. Participação de jovens na comercialização	Número de jovens cooperados que comercializaram nos últimos dois anos/número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J5. Participação de jovens nas assembleias	Número de jovens que compareceram à última assembleia da cooperativa/número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J6. Existência de grupo ou coletivo de jovens	Existência de grupo ou coletivo de trabalho formado por jovens na cooperativa	Binária (Sim = 1; Não = 0)

A.2B – Dimensão: autonomia da juventude cooperada (peso = 1)

Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
J7. Escolaridade	Número de jovens cooperados com ensino médio completo, ensino superior completo ou ensino técnico/número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J8. Renda	Participação comercial (rendimento) média das jovens cooperados/participação comercial (rendimento) média total	Proporção (varia entre 0 e 1) ¹
J9. Autonomia relacionada à propriedade da terra	Número de jovens cooperados cujos nomes constam no título de propriedade da terra/número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J10. Autonomia relacionada a crédito e participação em programas de assistência técnica/ produtiva	Número de jovens cooperados cujos nomes constam na DAP (DAP Jovem)/número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)

A.2C – Dimensão: incentivos pela cooperativa, formação e parcerias (peso = 1,5)

Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
J11. Existência de “quota” para jovens (percentual ou número mínimo de jovens cooperados)	Existência de percentual ou número mínimo de participação de jovens cooperados	Binária (Sim = 1; Não = 0)
J12. Existência de resolução ou plano relacionado à juventude	Existência, no estatuto ou plano da cooperativa, de resolução voltada a promover, reforçar e monitorar a inclusão de jovens e o direito à educação dos jovens	Binária (Sim = 1; Não = 0)
J13. Formação interna sobre o tema juventude	Nos últimos dois anos, houve alguma formação (curso, palestra...) sobre o tema da juventude, organizada pela própria cooperativa?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
J14. Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas à juventude	Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas à juventude	Binária (Sim = 1; Não = 0)
J15. Parceria com instituições	Além da Unicafe/MG, a cooperativa possui parceria com alguma instituição para o desenvolvimento de ações específicas para os jovens?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
J16. Intercâmbio com outras cooperativas e instituições	A cooperativa já promoveu algum intercâmbio com outras cooperativas ou outras instituições de sucesso na inclusão de jovens (à exceção da Unicafe/MG)?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
J17. Existência de projeto relacionado à incorporação tecnológica ou inovação	Existem projetos de incorporação tecnológica ou inovação de produto ou de processo na cooperativa?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
J18. Existência de projeto de geração de renda voltado a jovens	A cooperativa possui algum projeto de geração de trabalho e renda especificamente para os jovens?	Binária (Sim = 1; Não = 0)

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Para essa variável, há a possibilidade de valores maiores que 1. Nesses casos, o valor máximo da variável será definido em 1, para fins de simplificação.

